

PEDAGOGIAS DE GÊNERO E PROCESSOS DE EXCLUSÃO SOCIAL

Eixo Temático 12 : Educação em sexualidade e desenvolvimento humano: pesquisas, teorias e práticas

Gabriele Ribeiro da Silva ¹

Raquel Baptista Spaziani ²

RESUMO

Crianças e jovens são ensinados desde seu nascimento a seguirem padrões de gênero e sexualidade, a fim de se comportarem de maneira adequada aos papéis sociais de homem e mulher. Aqueles que rompem com as normas cisheteronormativas, podem enfrentar diferentes tipos de violências dentro de ambientes sociais do qual estão inseridos, aumentando assim sua exposição a situações de vulnerabilidade social desde cedo. Nessa perspectiva é importante que haja a identificação dos processos sociais experienciados nas infâncias e juventudes de indivíduos LGBTQIA+, com o objetivo de trazer visibilidade para as vivências dessa população, permitindo a discussão de estratégias de enfrentamento aos processos de marginalização experienciados por esses indivíduos.

Palavras-chave: Infâncias; Juventudes; Cisheteronormatividade.

INTRODUÇÃO

As dimensões de gênero e sexualidade são importantes nos processos formativos da educação de crianças e jovens. Desde pequenas, crianças são ensinadas a seguirem

¹Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal de São Paulo- Unifesp-BS, Santos-SP, gabriele.silva@unifesp.br

² Doutora em Educação Escolar e professora do Departamento Saúde, Clínica e Instituições da Unifesp-BS, Santos-SP, raquel.spaziani@unifesp.br

padrões sociais de gênero. A naturalização do sexo como um fator determinante da identidade de gênero é cotidianamente reforçada por meio de representações polarizadas sobre masculino e feminino. Por meio da cultura, corpos passam a ser generificados, ou seja, são inscritas marcas de gênero sobre ele (GOELLNER, 2010). Assim, gênero e sexualidade podem ser entendidos como construções históricas, sociais e culturais, e suas definições podem variar de sociedade para sociedade.

Crianças e jovens são constantemente vigiados e controlados para não se desviarem dessas normas. Aqueles que apresentam comportamentos dissidentes das normas cisheteronormativas, podem despertar nos adultos muitos olhares de estranhamento e incômodo (PRECIADO, 2018), por isso qualquer prática destoante do padrão normativo sofre fortes repressões sociais. Todo esse esforço é realizado na expectativa de que "se tornem aptos, produtivos e ajustados - cada qual ao seu destino. Um trabalho incessante, onde se reconhecem - ou se produzem - divisões e distinções" (LOURO, 2000, p. 61).

Ensinadas de diferentes maneiras, crianças e jovens aprendem a desvalorizar as diferenças, passando a reproduzir preconceitos, discriminações e violências físicas e psíquicas com quem não reproduz as normas. Desde as infâncias termos pejorativos como "viado", "bicha" são reconhecidos e usados como insultos a aqueles que desviam das normas cisheteronormativas (CLEMENTE, 2019).

Já nas juventudes, alguns indivíduos passam a se reconhecer como não pertencentes ao padrão cis-heterossexual, muitos começam a se identificar a partir de visões estigmatizadas, que atribuem um valor inferior de "outro", de "abjeto", interiorizando dessa maneira, preconceitos que atingem suas próprias subjetividades. Quando pessoas LGBTQIA+ são alocadas nessas posições de abjeção, de desvio, associa-se esses corpos à repugnância, ao desprezo e a vulnerabilidade, inviabilizando e silenciando suas formas de expressão, seus afetos, suas opiniões, impedindo-os de se expressarem espontaneamente (BALIEIRO, 2014), assim como dificultando ou impossibilitando o acesso desses indivíduos a diferentes espaços da esfera social.

Este estudo tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre a naturalização de padrões de gênero e sexualidade nas infâncias e juventudes, discutindo sobre os processos de marginalização, exclusão e silenciamento vivenciados por indivíduos que rompem com essas normas em diferentes ambientes sociais do qual estão inseridos.

Esta foi uma pesquisa qualitativa, que apresenta uma breve revisão de literatura de Estudos Feministas e de Gênero que serviram de base para a discussão do tema. Foram levadas em consideração duas importantes categorias de análise: a) Pedagogias de Gênero nas Infâncias e Juventudes, b) Processos de Exclusão e Silenciamento da População LGBTQIA+. A partir desses grupos interpretativos buscou-se compreender os atravessamentos nas infâncias e juventudes de indivíduos que rompem com normas cisheteronormativas.

Pedagogias de Gênero nas Infâncias e Juventudes

Segundo Guacira Louro (2000), faz parte do senso comum considerar que gênero e sexualidade são naturais de cada ser humano, ou seja, que seria algo dado pela natureza biológica e, portanto, imutável. Nessa lógica não haveria espaço para argumentar sobre as dimensões políticas e sociais que atravessam essas questões. No entanto, a autora destaca que é através de processos históricos e culturais que definimos o que é ou não é natural, visto que os seres humanos atuam sobre a natureza e a biologia, transformando e criando diferentes significados durante a história. Seus corpos são significados por meio de relações de poder e recebem diferentes sentidos culturalmente.

Educa-se o corpo na escola e fora dela: na religião, na mídia, na medicina, nas normas jurídicas, enfim, em todos os espaços de socialização com os quais nos deparamos, cotidianamente, com recomendações, como, por exemplo, sobre o vestuário, a alimentação, o comportamento, a aparência, os gestos, a movimentação, as práticas sexuais, a saúde, a beleza, a qualidade de vida (GOELLNER, 2010).

As ações educativas, sejam elas no âmbito escolar, familiar, institucional, religioso ou midiático, influenciam crianças e jovens a desenvolverem uma visão polarizada sobre o mundo dividido entre o universo masculino e feminino. Ramos (2013) destaca que logo ao nascer, os bebês são vestidos com roupas e acessórios que irão caracterizar e diferenciar meninos e meninas. Os meninos são incentivados a praticarem atividades esportivas que demonstram força e agilidade como o futebol ou algum tipo de luta, também recebem brinquedos como carrinhos, pipas e arminhas, que os estimula a desenvolverem comportamentos mais ativos, dominantes e competitivos. As meninas são incentivadas a praticarem atividades mais calmas e delicadas, como por

exemplo o Ballet e são influenciadas a brincarem de boneca, casinha e maquiagem como um exercício que as preparam para a maternidade, a vida doméstica e ao culto à beleza.

“O brinquedo e a brincadeira infantil acabam sendo disciplinados e regulados pelos adultos, de modo que as crianças se tornem meninos e meninas, homens e mulheres, dentro de um determinado repertório social” (RAMOS, 2013, p.16). A repetição de códigos de conduta naturaliza as normas de gênero com representações universais de homem e mulher. No entanto, as crianças e jovens constantemente rompem com essas normas regulatórias, subvertendo discursos universais ao borrar fronteiras entre a divisão masculino-feminino, por meio de questionamentos, fantasias, ressignificação de brinquedos e brincadeiras (RAMOS, 2013).

Ao ensinar comportamentos ditos condizentes para cada sexo, é delimitada as diferenças entre a masculinidade e a feminilidade - no singular, como se houvesse uma única maneira de se experimentar o corpo e a identidade. Homens e mulheres são colocados como opostos e complementares, essa lógica binária é construída ao longo da vida dos sujeitos e é reforçada pelo sistema sexo/gênero que aponta a diferenciação sexual como a naturalização da heterossexualidade. Segundo Paul B. Preciado (2014), o sistema heterossexual atua socialmente na produção da feminilidade e masculinidade, operando por meio da divisão e fragmentação do corpo.

A heterossexualidade, longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, deve se reinscrever ou se reinstruir através de operações constantes de repetição e de recitação dos códigos (masculino e feminino) socialmente investidos como naturais (PRECIADO, 2014, p. 26).

Dessa maneira, a heterossexualidade é colocada como única possibilidade de sexualidade, considerada essencial e inerente de cada ser humano. Louro (2007) destaca que existe uma influência cultural sobre as formas de expressão da sexualidade, os sujeitos aprendem comportamentos que em seu meio são considerados adequados para manifestar seus desejos e impulsos. "Atribui-se a heterossexualidade uma qualidade saudável, normal e adequada e, ao mesmo tempo, associa-se a homossexualidade à patologia ou ao desvio, subalternizando-a" (BALIEIRO; RISK, 2014, p. 157).

É importante observar a maneira como crianças e jovens interpretam e ressignificam as normas de gênero impostas à eles pelos adultos. Freitas, Bermúdez, Hamann (2021) destacam como o protagonismo juvenil LGBTQIA+ em diferentes

espaços proporciona reflexões que possibilitam a ampliação das percepções e atribuem novos sentidos às vivências de gênero, sexualidade e afetividade.

Exclusão e Silenciamento da População LGBTQIA+

Quanto mais distante o indivíduo se encontra do padrão social esperado - homem branco, cis, heterossexual, de classe média alta - mais se aproximam dos processos de exclusão, silenciamento e marginalização social. Esses processos podem ser observados desde as infâncias da população LGBTQIA+. A homofobia, a transfobia, o racismo e o machismo estão diretamente ligados às desigualdades no desempenho escolar de crianças e jovens (PELÚCIO, 2014).

A Pesquisa Nacional por amostra da população LGBTI+ (2020) realizada pela TODXS, destaca que no Brasil existe um problema recorrente em relação a falta de produção de dados governamentais referentes às condições socioeconômicas e demográficas da população LGBTQIA+ no país, sendo que, a maioria dos dados atuais foram levantados por meio de pesquisas de organizações não governamentais. A pesquisa aponta, que essa falta de informações reflete o processo de apagamento dessa população, uma vez que, ao não reconhecer a existência destes corpos, lhe são negadas políticas públicas de acesso aos direitos fundamentais.

Os sujeitos que estão fora dos padrões esperados de gênero comumente enfrentam processos de exclusão social, uma vez que é impossibilitada sua inserção em certos ambientes, como na escola, trabalho, política e também nas relações sociais como no próprio núcleo familiar. Suas subjetividades são desprezadas, como se suas vidas não tivessem valor. A discriminação, o preconceito, além das diversas formas de violência física e psíquica e a marginalização são frequentemente direcionadas à esses indivíduos. Em 2019, o Brasil esteve em 1º lugar no ranking dos assassinatos de pessoas trans durante os últimos 10 anos. Desde 2008 o país se encontra com uma média de 118,5 assassinatos de pessoas trans por ano (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

De acordo com a Pesquisa nacional sobre as experiências de jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em ambientes educacionais no Brasil, feita pela ABGLT (2016), 27% dos participantes entrevistados afirmaram ter sofrido dentro do ambiente escolar algum tipo de agressão e 77% afirmaram ter sido alvos de insultos em

decorrência de sua orientação sexual. Esses dados apontam como o ambiente escolar muitas vezes pode se tornar hostil para essas pessoas, ainda mais quando esses espaços não oferecem medidas protetivas para combater as violências e hierarquias sociais, corroborando com a desigualdade no acesso e permanência escolar.

Considerações finais

Entende-se que os sujeitos são percebidos sob um regime de controle cisheteronormativo, qualquer expressão que fuja dessas normas pode ser considerada uma patologia ou até mesmo um desvio de caráter. Segundo Judith Butler (2017), por meio da patologização e da criminalização de grupos sexuais minoritários perpetua-se a privação de seus direitos fundamentais e sua liberdade de reivindicar um tratamento social igualitário. Esse movimento age de forma a desprivilegiar a vida desses sujeitos, aliado com outros mecanismos de poder e dominação, decide-se quais vidas merecem proteção e quais não são válidas de serem protegidas.

Dados referentes à população LGBTQIA+ no Brasil, refletem os profundos processos de marginalização que são direcionados a esse grupo, aumentando a exposição desses indivíduos a situações de vulnerabilidade social desde cedo. Por isso é importante que sejam estudados os processos sociais experienciados por pessoas LGBTQIA + em suas infâncias e juventudes, a fim de identificar os seus principais desafios, além de reconhecer suas potências e valorizar subjetividades que são apagadas socialmente.

REFERÊNCIAS

ABGLT, Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015:** às experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.

BALIEIRO, F.F ; RISK, E.N. **Escola e sexualidades: uma visão crítica à normalização.** In MISKOLCI, R; RISK, J.L. Diferenças na educação, outros aprendizados. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2014.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N.B. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020

BUTLER, Judith. **Alianças queer e política anti-guerra**. Bagoas – Estudos gays: gênero e sexualidades, v. 11, n. 16, p. 29-49, 2017.

CLEMENTE, Anselmo. **Diálogos entre saúde mental e homossexualidade: notas sobre produção de subjetividade, sofrimento e opressão**. Revistas Unilab Vol.02, N.01, 2019.

FREITAS, S.; BERMÚDEZ, X. P. D.; HAMANN, E. M. **Sentidos atribuídos por jovens escolares LGBT à afetividade e à vivência da sexualidade**. Saúde Soc. São Paulo, v.30, n.2, e190351, 2021.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **A Educação dos corpos, gêneros e das sexualidades e o Reconhecimento da Diversidade**. Cadernos de Formação RBCE, 2010, p. 71-83 .

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, escola e identidade**. Educação & Realidade, v. 25, n. 2, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas**. Educação em Revista. Belo Horizonte, n. 46, 2007, p. 201-218.

PELÚCIO, Larissa. **Desfazendo o gênero**. In: MISKOLCI, Richard; LEITE JÚNIOR, Jorge. (Orgs.). Diferenças na educação: outros aprendizados. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 98-147.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Crianças e infâncias (im)possíveis na escola: dissidências em debate**. Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades - Periódicus, Salvador, n. 9, v. 1, 2018.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 Edições, 2014.



RAMOS, Ana Carolina. **A construção social da infância: idade, gênero e identidades**

infantis. Revista Feminismos, Vol.1, N.3, 2013.

TODXS. **Pesquisa nacional por amostra da população LGBTI+: Identidade e perfil sociodemográfico**. São Paulo, 2020.